

Elementos para a atribuição de uma nova identidade a Pedro Hispano da *Divina Comédia*

Fernanda Pereira Mendes¹

Recibido: 21 de septiembre de 2021 / Aceptado: 1 de noviembre de 2021

Resumo. A partir do rigoroso trabalho de análise filológica de testemunhos medievais de Angel D’Ors em torno à identidade de Pedro Hispano, autor do célebre manual de lógica medieval *Tractatus*, famoso devido à menção no *Paraíso* da *Divina Comédia*, este artigo propõe uma revisão tanto da crítica literária do poema como da identificação generalizada do personagem com o papa português João XXI —supostamente o único papa colocado por Dante no *Paraíso*—. Com base no próprio texto do *Tractatus*, na *Divina Comédia* e seus antigos comentaristas e nos testemunhos anteriores ao poema, argumentaremos em favor da identificação deste personagem com Pedro Afonso, filho bastardo do rei Afonso II de Portugal, que, por sua vez, poderia ser identificado com o frade dominicano *Petrus Alfonsi Hispanus*. Demonstraremos, ainda, que Dante “salva” oito papas no *Paraíso* e menciona outros dois no canto protagonizado pelo dominicano São Tomás de Aquino.

Palavras-chave: Dante, *Divina Comédia*, Pedro Hispano, frade dominicano, João XXI, papa, *Tractatus*, *Summulae Logicales*.

[en] Elements for the attribution of a new identity to Peter of Spain of the *Divine Comedy*

Abstract. Based on the rigorous work of philological analysis of medieval testimonies by Angel D’Ors around the identity of Peter of Spain —author of the medieval logic textbook *Tractatus*—, famous for its mention in the *Divine Comedy*, this article proposes a review of both the literary criticism of the poem and the generalized identification of the character with the Portuguese Pope John XXI —supposedly the only pope placed by Dante in *Paradise*—. Based on the text of the *Tractatus*, the *Divine Comedy* and its former commentators and the testimonies prior to the poem, we will argue in favor of the identification of this character with Pedro Afonso, bastard son of King Afonso II of Portugal, who, in turn, could be identified with the Portuguese Dominican friar *Petrus Alfonsi Hispanus*. We will also demonstrate that Dante “saves” eight popes and mentions two others in the chant performed by the Dominican Saint Thomas Aquinas in *Paradise*.

Keywords: Dante, *Divine Comedy*, Peter of Spain, Dominican friar, John XXI, pope, *Tractatus*, *Summulae Logicales*.

[es] Elementos para la atribución de una nueva identidad a Pedro Hispano de la *Divina Comedia*

Resumen. A partir del riguroso trabajo de análisis filológico de testimonios medievales de Angel D’Ors en torno a la identidad de Pedro Hispano —autor del manual de lógica medieval *Tractatus*—, famoso por su mención en la *Divina Comedia*, este artículo propone una revisión de ambos la crítica literaria del poema y la identificación generalizada del personaje con el Papa portugués Juan XXI, supuestamente el único Papa colocado por Dante en el *Paraíso*. Partiendo del texto del *Tractatus*, la *Divina Comedia* y sus antiguos comentaristas y los testimonios anteriores al poema, argumentaremos a favor de la identificación de este personaje con Pedro Afonso, hijo bastardo del rey Afonso II de Portugal, quien, a su vez, podría identificarse con el fraile dominico portugués *Petrus Alfonsi Hispanus*. También demostraremos que Dante “salva” a ocho papas y menciona a otros dos en el canto protagonizado por el dominico Santo Tomás de Aquino en el *Paraíso*.

Palabras clave: Dante, *Divina Comedia*, Pedro Hispano, fraile dominico, Juan XXI, papa, *Tractatus*, *Summulae Logicales*.

Sumario. 1. Introdução. 2. Autoria dominicana / autoria papal. 3. A *Divina Comédia* e a autoria dominicana. 4. O catálogo de Stams e o juramento de Afonso III. 5. Pedro Afonso e a tradição do *Tractatus*. 6. Conclusão. Bibliografia.

Cómo citar: Mendes, Fernanda P. (2021). Elementos para a atribuição de uma nova identidade a Pedro Hispano da *Divina Comédia*, en *Revista de Filología Románica* 38, 37-46.

¹ Smelps / Instituto de Filosofia
Universidade do Porto. Via Panorâmica, S/N-4150-564-Porto-Portugal- <http://ifilosofia.up.pt>
fernandamendes73@gmail.com

1. Introdução

Em homenagem aos 700 anos da morte de Dante Alighieri, em 2021, este artigo lança luzes sobre a crítica literária da *Divina Comédia*, tomando como ponto de partida o rigoroso trabalho de análise filológica realizado por Angel D’Ors (†2012), catedrático de Lógica da Universidade Complutense de Madrid, em torno à identidade de Pedro Hispano, autor do famoso manual de lógica medieval *Tractatus*. Este personagem, eternizado nos versos do *Paraíso*, tem sido identificado tanto pelos críticos literários como por especialistas em estudos medievais com o papa João XXI (1276-1277), o Pedro Hispano mais famoso da Idade Média. Além disso, afirma-se que é o único pontífice “salvo” por Dante. Ambas as afirmações necessitam ser revistas, em coerência com o legado deixado pelo poeta.

No canto XII do *Paraíso* (134-136) lê-se:

Ugo da San Vittore è qui com elli
e Pietro Mangiadore e Pietro Spano,
lo qual giù luce in dodici libelli

Se a menção aos *dodici libelli* não deixa dúvidas com respeito à obra à qual alude —os doze volumes do *Tractatus*—, nada nos versos de Dante permite identificar o autor com o papa, tendo em conta que Pedro Hispano era um nome muito comum na Idade Média; a rigor, indica um Pedro proveniente de *Hispania*, que poderia se aplicar a qualquer um que fosse oriundo da Península Ibérica. Nem os comentaristas mais antigos da *Divina Comédia* sustentam tal identificação, e um deles afirma que Pedro Hispano era um frade dominicano.

Esse comentário faz parte de uma antiga e longa tradição de documentos medievais que atribui a autoria do *Tractatus* a um membro da Ordem dos Pregadores (O.P.) —verdadeiro nome da ordem religiosa fundada por São Domingos de Guzmán, cuja morte completa 800 anos também em 2021—. D’Ors (2001, 2007, 2015) realiza uma sistemática análise desses documentos, em contraste com aqueles que atribuem a obra a João XXI, concluindo que esta última é cientificamente insustentável e advogando em favor da autoria dominicana².

O rigor das análises de D’Ors motivou a mudança de opinião de pelo menos um dos mais destacados defensores da autoria papal, De Rijk, que preparou a primeira edição crítica da obra, publicada em 1972 (D’Ors 2001: 291, n. 126). Concluída a defesa da tese dominicana, e “abandonando el rigor y precisión a los que hasta ahora he querido sujetarme, y aventurándome en un discurso ya puramente especulativo”, D’Ors dá início à análise de documentos já conhecidos, e de outros por ele descobertos, na tentativa de identificar o verdadeiro autor do *Tractatus*. Sem haver tido êxito nesta tarefa, concluiu:

será difícil encontrar esos nuevos documentos decisivos, necesarios para resolver tales problemas, si no se estimula la investigación y se orienta en la dirección adecuada; y para ello es preciso someter a análisis minuciosos los escasos documentos de que disponemos, con el propósito de deshacernos de posibles prejuicios que nos impiden buscar en la dirección adecuada, y de avanzar nuevas hipótesis que nos lleven a examinar nuevos ámbitos hasta ahora inexplorados (D’Ors 2007: 142).

A partir destas sugestões, e com base no próprio texto do *Tractatus* (V, 3) e na tradição da *Divina Comédia* e os testemunhos anteriores a ela, elaboramos uma hipótese inexplorada: a atribuição da obra ao frade dominicano português Pedro Afonso Hispano, que em 1245 aparece como testemunha do juramento solene feito pelo futuro rei Afonso III de Portugal. Por sua vez, apresentaremos argumentos para identificá-lo com Pedro Afonso, irmão bastardo deste rei, personagem escassamente explorado pela historiografia portuguesa. Assinalaremos, ainda, as possibilidades de relacionar Pedro Afonso Hispano com *Magister Petrus rector scholarum burdegalis* e *Petrus Hispanus Lemovicensis* como rastros de seu percurso biográfico no sul de França. Finalmente, demonstraremos que Dante coloca no *Paraíso* a dez papas: oito claramente “salvos” e menciona a outros dois sem lhes atribuir um juízo moral claro, embora se relacionem com o contexto do elogio a São Francisco de Assis protagonizado pelo dominicano Santo Tomás de Aquino.

2. Autoria dominicana / autoria papal

Antes de iniciar a apresentação desta hipótese, cabe fazer breves considerações sobre o *Tractatus* e os argumentos de D’Ors em favor da tese dominicana. Quanto à obra, trata-se de uma compilação didática de Aristóteles, e a análise filológica do texto aponta a que: a) foi escrito em data anterior a 1245; suas fontes e doutrinas o vinculam ao ambiente intelectual de Paris nesta altura; b) foi redigido em algum lugar no norte da Espanha / Sul da França: a única marca da identidade do autor deixada no texto da obra é uma alusão a três cidades do norte da Espanha, enquanto os primeiros comentários à obra dos quais se tem notícia até hoje foram situados no sul da França; c) foi adotado e difundido inicialmente pela Ordem dos Pregadores.

Por outro lado, cabe ressaltar que só existem testemunhos sobre a biografia do papa a partir de 1250, dos quais só se pode depreender uma intensa carreira eclesiástica. No entanto, seus biógrafos lhe atribuem a fama de “homem

² O próprio D’Ors (2001: 291) observa que, na mesma altura em que este trabalho havia sido publicado em inglês em *Vivarium*, XXXV/1, 1997, pp. 21-71, Meirinhos (1996) publica um trabalho na mesma direção.

de ciências”, que é o que tem justificado a atribuição a ele não só do *Tractatus* como mais de 50 obras de diferentes Pedros Hispanos³.

Quanto à defesa da tese dominicana, os principais argumentos de D’Ors são os seguintes:

1. Os manuscritos do *Tractatus* e seus comentários em geral se referem ao autor como *Magister*. Como a Ordem dominicana tinha como regra o uso da designação *frater* e não de *magister* para aqueles membros que eram professores universitários, Quéatif-Echard (1719: 485) e De Rijk (1986: xix) concluíram que Pedro Hispano não era dominicano. Em primeiro lugar, D’Ors (2001: 253-254) apontou que esta regra foi se consolidando ao longo do tempo e que outros reconhecidos professores universitários também foram denominados *magister* e não *frater*, citando como exemplo o caso de Lamberto de Auxerre, autor das *Summa*: em quatro dos doce manuscritos já encontrados desta obra “éste es llamado «*magister*», mientras que en ninguno es llamado «*frater*» (por analogía, tendríamos que concluir que tampoco Lamberto de Auxerre perteneció a la Orden de Predicadores)” (*ibidem*: 254). Outro exemplo é o de Alberto Magno, que aparece em alguns importantes testemunhos referido como «*magistri Alberti*».

Mas a razão principal da persistente consideração de Pedro Hispano como *magister*, para D’Ors, remete ao uso de denominações acadêmicas adotadas pela Ordem para seus cargos internos: *Magister Ordinis*, *Magister studentium*, *Rector scholarum*. Ou seja, o magistério de Pedro Hispano poderia ser identificado com a função de *magister studentium*, já que certamente Pedro Hispano não foi Mestre-geral da Ordem —estes claramente identificados pela historiografia— (*cf.* D’Ors 2001: 254-255).

2. O silêncio dos primeiros historiadores dominicanos —Geraldo de Frachet (†1271), Estevão de Salanhac (†1291) e Bernardo Gui (†1331)— sobre o autor do *Tractatus* também serviu de argumento contrário à sua pertença a esta ordem. D’Ors argumenta, em primeiro lugar, que tais crônicas estavam voltadas à vida de São Domingos e seus companheiros e a fundação da Ordem; à vida e milagres dos primeiros mártires e santos desta ordem, Mestres Gerais e Piores Provinciais, Mestres da Universidade de Paris e aos mais célebres teólogos e canonistas; e àqueles membros que ocuparam altos cargos dentro da Igreja. Nesses contextos, não cabia a menção a Pedro Hispano. Recorre novamente ao exemplo de Lamberto de Auxerre, cujo prestígio e pertença à Ordem está fora de questão e sua obra tampoco é mencionada nessas crônicas (D’Ors 2001: 257-260). Observa, ainda, que “por las Actas de los Capítulos Generales de la Orden consta que en el seno de la orden dominicana había una clara conciencia de la diferencia entre escribir y compilar” (*ibidem*: 260). Ou seja, na concepção dos dominicanos, por se tratar de uma compilação, o *Tractatus* tinha menor prestígio. Sua fama foi-se dando posteriormente, a partir de finais do século XIII.
3. A adscrição de Pedro Hispano à Ordem dos Pregadores nos manuscritos aparece no *explicit* e não no *incipit*, ou escrita claramente por outras mãos e a posteriori. Para D’Ors, uma das possíveis explicações poderia ser o facto de a redação do *Tractatus* ter sido anterior ao ingresso de seu autor na ordem ou ainda, por ter sido concebido como obra de uso interno, no marco dos centros de estudos próprios da Ordem dominicana. Neste caso, a pertença de Pedro Hispano à ordem seria tácita, não requerendo explicitação, que apenas se tornou necessária à medida em que a obra começou a ser estudada fora da ordem. A ambiguidade a esse respeito surgiu “en razón de la existencia de una tradición manuscrita en la que no constaba su adscripción a la Orden dominicana, así como su tardía y confusa adscripción al Papa Juan XXI” (D’Ors 2001: 261).
4. A negação da autoria dominicana também se fundamentou na existência, desde princípios do século XIV, de uma série de manuscritos com informações aparentemente contraditórias sobre a biografia do frade Pedro Hispano O.P. Cronologicamente temos:
 - a) A mais antiga atribuição do *Tractatus* a um Pedro Hispano específico se lhe refere como *Petrus Alfonsi Hispano*. Trata-se do catálogo de escritores dominicanos da Abadia de Stams, escrito por volta de 1311 (Denifle 1886: nr 91) e, provavelmente em dependência dele, a mesma atribuição aparece posteriormente nos catálogos de Pignon e Saint Ann. Para De Rijk (1986: xxv-xxvi), esta atribuição tem origem numa confusão por homonímia entre o papa João XXI e o frade dominicano português Pedro Afonso Hispano, que testemunhou o juramento solene do futuro rei de Portugal Afonso III, realizado em Paris em 1245. Para D’Ors (2001: 271), sendo Pedro Afonso um nome comum na altura, é difícil precisar alguma identificação a partir deste testemunho, mas nem por isso caberia desligá-la do âmbito dominicano (D’Ors 2007: 166). Em seu último artigo, D’Ors (2015: 40) anunciou um descobrimento que considerou de “importancia decisiva” em favor da fiabilidade desta tradição de manuscritos: a primeira edição impressa do *Tractatus* da qual se tem notícia, de 1474, e outra edição posterior, de 1486, ambas de um mesmo editor holandês, que atribuem a obra a *Petro alfonci Hispano*. Por outro lado, não descartou a possibilidade de se tratar de uma confusão por homonímia com o célebre autor do século XII *Petrus Alfonsi*, judeu converso (D’Ors 2015: 41).
 - b) O comentário de Felipe de Ferrara (primeira metade séc. XIV), afirmando que Pedro Hispano foi dominicano “depois” (Ms. Vaticano, Reg. Lat. 3043, 80rb). Para De Rijk (1986: xxvi), essa afirmação seria um claro indício de incerteza quanto à autoria dominicana. Para D’Ors (2001: 287), dela se depreende que Pedro Hispano tenha tomado o hábito depois de ter escrito a obra, o que seria perfeitamente possível.

³ A esse respeito, ver: https://ifilosofia.up.pt/proj/ph/quem_foi

- c) O comentário anônimo ao *Tractatus*, no qual se afirma que Pedro Hispano era oriundo da cidade de Estella (séc. XV, Ms. 2080, 1rb, Universidade de Salamanca), informação que permite vinculá-lo com a chamada “tradição estellesa” (D’Ors 2001: 270), que apresentamos mais abaixo.
- d) O testemunho de Luis de Valladolid, de principios do século XV (*Tabula Actorum Ordinis Praedicatorum*), afirmando que Pedro Hispano era oriundo de Castela, além de lhe atribuir também a autoria da *História* e do *Ofício* de São Domingos. Este testemunho foi colocado em causa com o argumento de que autor da *Historia* —Constantino de Orvieto, segundo Quétif-Echard (1719: 485) e Pedro Ferrando, segundo De Rijk (1986: xxii)— e do *Ofício* de São Domingo não podem ser identificado com o autor do *Tractatus*. D’Ors (2001: 272-274) sublinha que há notícias de, pelo menos, mais duas *Histórias* de São Domingo: de Jordão da Saxónia e Humberto de Romans, e que poderia existir alguma outra —da qual não se tem notícias— escrita por Pedro Hispano. Ou, ainda, que as obras atribuídas a Jordão da Saxónia ou a Humberto de Romans, ambos Mestres Gerais da Ordem dos Pregadores, poderiam ter sido feitas por encomenda, e o autor poderia ser Pedro Hispano. Algo análogo poderia ser cogitado para o *Ofício*. Por outro lado, para D’Ors (2015: 44) não há porque excluir Pedro Ferrando como possível autor do *Tractatus*.
- e) Um conjunto de testemunhos de historiadores da Ordem dos Pregadores, de principios do século XVI até meados do século XVIII⁴, que vincula Pedro Hispano ao convento de São Domingos de Estella. A maioria deles afirma que existia neste convento uma sepultura cuja inscrição dizia que Pedro Hispano estava aí sepultado⁵. A dúvida quanto à fiabilidade desta “tradição estellesa” se baseia em que parte dos testemunhos afirmam que Pedro Hispano tomou o hábito naquele convento que, por ter sido fundado em 1258, tornaria a afirmação incompatível com o florescer do autor do *Tractatus* (D’Ors 2001: 261-271).

Para este autor, os prováveis erros e imprecisões tanto dos testemunhos desta “tradição estellesa” como dos outros testemunhos supramencionados se devem a estarem apoiados em tradições orais, mas nem por isso perdem o seu valor histórico. Ao contrário: uma análise rigorosa chega à conclusão de que não há contradições entre eles, ou seja, Pedro Hispano poderia ter o nome Afonso e ter sido enterrado no convento de Estella, ser oriundo de Castela, ter tomado o hábito depois de escrever o *Tractatus*, além de ser autor uma *História* e um *Ofício* de São Domingos —originais (perdidos) ou por encomenda—. Os únicos personagens que entram em choque, pelo nome, são Pedro Afonso e Pedro Ferrando —mas, conforme o observado, nenhum testemunho nomeia este último personagem como autor do manual de lógica— (cfr. D’Ors 2001: 284).

Para finalizar, D’Ors apresentou as seguintes inconsistências na tese da autoria papal:

1. De Rijk (1986: xvi), seguindo a Laurent (1936: 35-45), deu importância decisiva à Crónica de Ricobaldo de Ferrara (ca. 1297) como o documento mais antigo que atribui o *Tractatus* ao papa João XXI, tomando como base o texto da edição preparada por Muratori em 1726. De acordo com D’Ors (2001: 280-281), o texto dos manuscritos e edições mais antigas desta crónica (de 1494, 1518, 1546) não o atribuem a João XXI⁶.
2. O único manuscrito do século XIII, qual se tem notícia atribuindo o *Tractatus* ao papa João XXI —o da Biblioteca Ambrosiana de Milão— perde seu valor quando se adverte, em primeiro lugar, que o texto citado foi introduzido por uma mão posterior e, em segundo lugar, pelo caráter pouco definitivo da atribuição: «*ab aliquibus dictus est*» (D’Ors 2001: 284-285).
3. O caráter igualmente duvidoso do texto da primeira atribuição da obra ao papa claramente feita pelas mãos do autor: *Explanatio* de Trutvetter (séc. XV-XVI) que, ao identificar Pedro Hispano com o papa, utiliza a expressão «*ut arbitrator*», denotando alguma dúvida⁷. Além disso, no título, Pedro Hispano é designado «*Petri Burdegalensis, quem Hispanum dicunt*», o que também dá margem ao questionamento desta identificação com João XXI (D’Ors 2001: 285-286).

Como conclusão final, pondera que a atribuição do *Tractatus* a um membro da Ordem dos Pregadores é muito mais consistente com a tradição do *Tractatus*, com a historiografia e, ainda, com a *Divina Comédia* e seus comentários (D’Ors 2001: 287).

3. A *Divina Comédia* e a autoria dominicana

A importância da *Divina Comédia* para o conhecimento de Pedro Hispano e seu *Tractatus* é inquestionável. Cabe a Dante o mérito de popularizar a existência de seus “doze livrinhos”, bem como o de acrescentar fama internacional ao papa João XXI que, de não ser identificado pela crítica literária moderna com o personagem dantesco, seria co-

⁴ Ver lista completa em D’Ors (2001: 262-267).

⁵ “*Hic iacet reverendus pater magister fr. Petrus Hispanus, auctor Summularum*”.

⁶ Meirinhos (2009-2011, I: 498-500) faz uma ressalva à exclusão categórica desta atribuição, apontando a necessidade de uma cuidadosa comparação dos manuscritos da crónica de Ricobaldo para esclarecer a questão.

⁷ “*Petrus Hispanus, ut arbitrator natione portugallensis, ulixbonensis patria, ex tusculano episcopo tandem Summus Pontifex sub nomine Ioannis vice-simi primi creatus*” (D’Ors 2001: 286, n. 115).

nhecido apenas entre os especialistas em estudos medievais. Prova disso é a recorrente remissão a Dante em diversos textos e artigos sobre o pontífice, em meios científicos ou naqueles voltados ao grande público, e também em suas biografias.

D’Ors analisa uma série de comentários ao poema dantesco, não somente como prova da fiabilidade da tese dominicana como para encontrar candidatos à autoria do *Tractatus* (D’Ors 2001: 248-271; 2007: 152-154; 2015: 37). Nossa investigação, no entanto, toma a tradição da *Divina Comédia* como ponto de partida, considerando tanto o poema e o conjunto dos comentaristas do século XIV como um divisor de águas para a identificação do autor dos “doze livrinhos” (Mendes 2019: 34). Nomeadamente no caso dos comentaristas, devido à natureza da tarefa à qual se propuseram: precisamente a de identificar personagens e contextos desta obra colossal em referências históricas, desde a Antiguidade Clássica e incluindo a cultura árabe-islâmica. Assim, se Pedro Hispano fosse papa, o facto não teria passado despercebido por esses homens, certamente cultos e bem informados. O mais provável é que, na altura, a obra fosse mais famosa que o autor, o que é mais cabível no caso de um frade dominicano do que no caso de um pontífice.

Nenhum dos nove comentários conhecidos do século XIV, e compilados pela base de dados do *Dartmouth Dante Project*⁸, refere-se a Pedro Hispano como papa. O primeiro é o de Jacopo della Lana (1324-1328) seguido de Ottimo (1333) e que afirmam que Pedro Hispano foi escritor de um tratado de lógica e escritos em filosofia e teologia, ao que se soma o Anônimo Florentino (anterior a 1400); Pietro Alighieri (1340-1342) e *Chiose Cassinese* e *Chiose Vernon* (1390) repetem o texto da *Commedia*. *Chiose ambrosiane* (1355) atribui a Pedro Hispano um tratado de lógica e um escrito em gramática; Benvenuto da Imola (1375), o único autor que identifica Pedro Hispano com um frade dominicano, acrescenta, ainda, detalhes sobre o *Tractatus*⁹, o que se observa também em Francesco da Buti (1385-1395).

Entre os séculos XV e XVII foram listados apenas quatro comentários, que nada de novo acrescentaram. Os cinco comentários seguintes datam da primeira metade do século XIX e atribuem a Pedro Hispano obras de “lógica” e da “escolástica”.

De acordo com a lista do *Dartmouth Dante Project*, Luigi Benassuti (1864) será o primeiro a identificar Pedro Hispano com o papa João XXI; na sequência cronológica, Henry Wadsworth Longfellow (1867) inclui uma breve descrição biográfica, que será repetida nos comentários posteriores:

Peter of Spain was the son of a physician of Lisbon and was the author of a work on Logic. He was Bishop of Braga, afterwards Cardinal and Bishop of Tusculum, and in 1276 became Pope, under the title of John XIX.

Hermann Oelsner (1899) acrescenta a esta descrição detalhes sobre a obra, que também passam a ser repetidos na maioria dos comentários escritos ao longo século XX:

was the author of a little cram book of logic, which retained its popularity deep into the Renaissance Period. It is from it that the well-known Memoria Technica verses, Barbara Celarent, etc., are derived; though whether he invented them or not is a matter of dispute.

Finalmente, em 1904, J. S. Carroll dá o toque final à tradição que sobrevive até hoje: “Peter of Spain has the distinction of being the only Pope, with the exception of ‘the first Peter’ himself, whom Dante sets in Paradise”.

Como se pode constatar, é apenas na segunda metade do século XIX que a crítica literária rompe com a sua própria tradição e começa a identificar o personagem com João XXI¹⁰, provavelmente por força da proliferação de fontes bibliográficas que, desde o século XVI, começam a reiterar esta identificação.

É provável que o próprio Dante não soubesse exatamente quem era o autor do *Tractatus*, mas essa probabilidade diminui drasticamente no caso de que fosse um membro do Papado, do qual era um atento observador. E, caso soubesse que se tratava de um frade dominicano, poderia ter pensado que era tácita a sua condição ao incluí-lo no canto XII do *Paraíso* dedicado ao elogio a São Domingos. No entanto, o único vínculo entre Pedro Hispano, Hugo de São Vitor e Pedro Comestor, colocados na mesma estrofe —que se lê no princípio deste artigo— é dado pelas suas respectivas obras, adotadas pelos dominicanos em seus centros de estudos, uma vez que os dois últimos autores viveram no século XII, quando a Ordem dominicana sequer existia.

Cabe mencionar, ainda, que Dante identifica os pontífices pelo seu nome secular e, em alguns casos, é o contexto que deixa clara a sua identidade e, portanto, Pedro Hispano seria uma exceção. Embora este facto pudesse ser explicado por questões de métrica, essa justificativa se minimiza frente à genialidade poética de Dante. Por outro lado, em que pese a sua postura claramente anti-papado, ao condenar a grande maioria ao *Inferno* —nomeadamente os do século XIII— não é certo que Pedro Hispano / João XXI fosse o único pontífice salvo no *Paraíso*. Nele, o poeta faz menção inquestionável a 12 papas (*cf.* Hollander 2000-2007), dos quais oito são claramente “salvos”, dois são condenados ao inferno —pela voz de São Pedro— e os dois restantes são mencionados pelo dominicano São Tomás

⁸ Que disponibiliza 48 comentários sobre o personagem até ao século XXI.

⁹ “[H]ic fuit frater praedicator qui fecit tractatus in logica, qui distincti sunt in duodecim libellis intra partem maiorem et minorem; quod opusculum fuit utile novellis introducendis ad logicam et arts”.

¹⁰ A única exceção, na lista do *Dartmouth Dante Project*, é o comentário de G. A. Scartazzini (1872-1900): “nessuno degli antichi commentatori ne sa di più, nessuno aggiunge che questo Pietro fu papa. L. Noack (Phil. gesch. Lex, p. 664) ricorda la tradizione dei Domenicani, secondo la quale Pietro Ispano visse, morì e fu sepolto nel Convento Stella in Navarra”.

de Aquino no contexto do elogio que este personagem faz à figura de São Francisco de Assis, mas sem que haja um juízo moral claro sobre suas ações. São eles: Inocêncio III e Honório III (*Par.* XI, 92; 98), aí colocados por terem aprovado a fundação da Ordem franciscana.

No canto XXVII (40-45), protagonizado por São Pedro, este enaltece a seis de seus sucessores: Lino, Anacleto, Sixto, Pio, Calixto e Urbano, que foram papas martirizados entre os séculos I ao III, lamentando que o sangue deles tenha sido derramado em vão, dada a posterior corrupção da Igreja. Também se encontram neste grupo de papas claramente salvos por Dante Agapito I (*Par.* VI, 16) e Gregório I (*Par.* XXVIII, 133-135).

É certo que esses oito papas foram santificados, mas não se pode atribuir ao estatuto de santo o motivo da sua salvação, já que Dante menciona a outro papa santo em dois cantos do *Inferno*, embora de forma indireta. Trata-se de São Silvestre —Silvestre I— que, além disso, é um caso ilustrativo da identificação de um papa pelo contexto e não pelo nome secular. Ele é o *ricco patre* (*Inf.* XIX, 115 -117) a quem o imperador romano Constantino teria doado terras e igrejas em diferentes pontos do Império quando teve de fugir de Roma, no século IV. Esse episódio da “doação de Constantino” é criticado por Dante em sua obra filosófica *Monarquia*, que trata da separação dos poderes entre o Império e a Igreja. Para ele, nem Constantino deveria ter doado e nem Silvestre deveria ter recebido, portanto ambos desempenharam mal os seus papéis. Em outro canto do *Inferno* (XXVII, 94-99), Silvestre é nomeado por Dante (nesse caso, pelo milagre da cura da lepra de Constantino), mas dentro de contexto bastante negativo envolvendo o papa Bonifácio VIII —arqui-inimigo do poeta florentino—.

Como se observa, tanto a *Divina Comédia* como os seus antigos comentaristas favorecem a identificação de Pedro Hispano com um frade dominicano, conduzindo a busca por respostas mais precisas nos testemunhos ainda mais antigos que o poema.

4. O catálogo de Stams e o juramento de Afonso III

O primeiro testemunho imediatamente anterior à tradição da *Divina Comédia* é o catálogo de escritores dominicanos da Abadia de Stams (ca. 1311). Como o já observado, também é a atribuição mais antiga do *Tractatus* a um Pedro Hispano específico: *Petrus Alfonsi Hispanus*. Pela homonímia com o frade dominicano português que assiste ao juramento de Afonso III em Paris, em 1245 —reforçada pela aderência às condições de autoria da obra, pelo local e data— entendemos era pertinente investigar este personagem.

Este juramento dá cumprimento à Bula *Grandi non Inmerito*, de 24 de julho daquele ano, através da qual o papa Inocêncio IV depõe o então rei de Portugal Sancho II e pede ao seu irmão Afonso que assuma o trono. A 17 de agosto, o pontífice escreve uma carta ao poderoso Pedro Sanches, tio de ambos, pedindo-lhe que ajudasse Afonso com todo o seu “conselho e favor” (Ventura 1992: 564). A 6 de setembro dá-se o juramento, cujo documento se inicia da seguinte forma:

A todos os que esta escritura virem, mestre João, capelão do senhor papa e deão da Igreja Carnotense, mestre Lucas, deão, mestre Pedro, chanceler de Paris, Pêro Garcia, tesoureiro de Braga, Soeiro Soares, chantre de Frei Pedro de Pictavia, custódio da Casa dos Frades Menores de Paris, frei Henrique Teutónico, frei Martinho de Valentinis, *frei Pedro Afonso Espanhol da Ordem dos Pregadores*¹¹, frei Domingos Bracarense da Ordem dos Menores, Rui Gomes de Briteiros e Gomes Viegas, cavaleiros, Pedro Honórico e Estêvão Enes, varões nobres, camareiros de D. Afonso, conde de Bolonha, saúde no Senhor. Haveis de saber que o ilustre varão D. Afonso, conde de Bolonha, e filho de D. Afonso rei de Portugal de ínclita memória, estando em nossa presença, jurou aos Santos Evangelhos, em que pôs sua mão, dando-lhe o juramento o venerável padre D. João, Arcebispo de Braga, em seu nome, João Martins, capelão do venerável padre D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, em nome do dito bispo (Brandão 1632: 157)¹².

Todas as testemunhas estão identificadas em documentos da historiografia portuguesa, à exceção do frei Pedro Afonso Espanhol e das três testemunhas não-portuguesas: Pedro de Pictávia¹³, Henrique Teutónico e Martinho de Valentinis, que claramente servem para “engrossar o caldo” de testemunhas das suas respectivas e prestigiadas ordens religiosas: franciscana e dominicana.

O futuro rei Afonso III era então conde da Bolonha francesa desde 1235, por matrimônio, mas já vivia em França há pelo uma década, quando foi acolhido por sua tia materna Branca de Castela, mãe do futuro rei Luís IX de França. Na altura, já era órfão de mãe e, em 1223, também de pai —o rei Afonso II de Portugal—. Seu destino foi o mesmo de muitos dos “irmãos reais” da época, incluindo os bastardos: deixar a terra natal depois do coroamento do irmão legítimo primogênito. Afonso assume o trono definitivamente em 1248, depois de um período de batalhas que culmina com a morte de Sancho II. A partir de então, começam a aparecer na documentação portuguesa nobres que estavam “desaparecidos” há pelo menos vinte anos, os quais se supõe que estavam exilados. Entre eles, os nobres que selam o mencionado juramento e que assumem alguns dos mais altos cargos da corte: Estêvão Anes é feito chanceler; Rui

¹¹ Destaque nosso, para facilitar a exposição do tema.

¹² Parece haver nesta tradução um pequeno erro, no que tange a Soeiro Soares, que na versão em latim é descrito como chantre “civitatus”, separado por um ponto final de Frei Pedro de Pictávia que parece ser outra testemunha distinta, mas esse detalhe em nada interfere na análise apresentada. O texto original diz: “Sugerius Sugerii Cantor Civitatus. Frater Petrus Pictaviens”. Texto original em Sousa (1739: 51-53).

¹³ *Vid.* nota anterior.

Gomes de Briteiros, mordomo. Por outro lado, o filho de Pedro Ouriques (designado Honorico na tradução supra-mencionada), criado na casa de Afonso III em França, torna-se-ia um dos homens mais ricos de Portugal: João Peres de Aboim (*cf.* Ventura 1992: 82, 115, 566, 594 e 619).

Este contexto permite supor a proximidade do frade Pedro Afonso Hispano a esses cortesãos, bem como sua condição de exilado. Há pelo menos um Pedro Afonso que poderia se encaixar neste perfil: o filho bastardo de Afonso II —portanto, irmão de Afonso III, do qual dão notícias apenas dois documentos—. Segundo os mesmos, ele assistiu, em 1249, em Faro, à doação de casas de Santarém a João Aboim, na qual Afonso III se lhe refere como *meus frater*; o outro mostra que Pedro Afonso tinha como colaços Domingos Miguéis e Mor Miguéis, filhos de Miguel Mendes e Urraca Lameações, que aparecem na corte de Sancho I —seu avô— entre 1205 e 1210 (*cf.* Ventura 1992: 555)¹⁴. Segundo estima esta autora, Pedro Afonso teria acompanhado o rei na campanha de reconquista do Algarve. Alternativamente, a hipótese que aqui se apresenta é a de que Pedro Afonso tenha seguido o caminho religioso —que era comum entre os bastardos régios; de que tenha deixado o reino de Portugal depois do coroamento de Sancho II, assim como o próprio Afonso III. Talvez a presença de Miguel Mendes e Urraca Lameações na corte de Sancho I tenha sido motivada pelo cuidado ao neto do rei e, então, este bastardo teria nascido em 1205 ou antes; sua estadia em Portugal em 1249, assistindo à doação de casas a João Aboim, pode indicar que acompanhou Afonso III quando este viajou de França a Portugal, em finais de 1245¹⁵.

Assim, cabe pensar que Pedro Afonso seguiu para o exílio depois da morte do pai em 1223, quando teria por volta de 18 anos. É pouco provável que se tenha ido a França, junto com Afonso, pois este foi lá acolhido pela tia materna. A hipótese mais viável é a de que, logo após a ascensão de Sancho ao trono de Portugal, tenha seguido rumo a Leão onde já se encontrava um grande grupo de nobres portugueses, organizados nomeadamente em torno à figura de seu tio Pedro Sanches¹⁶.

Pedro Sanches, por sua vez, deixou Portugal após o coroamento de seu irmão Afonso II, junto com outros nobres opositores do novo rei. Foi um dos principais homens de confiança do então rei leonês Afonso IX, tendo ocupado o cargo de mordomo-mor de 1223 até a morte deste, em 1230, além de várias tenências e, em 1228, foi nomeado *assistens regis* (Ventura 1992: 563-564). A este grupo de portugueses exilados em Leão se juntaram outros nobres a partir de finais de 1211 ou princípios de 1212, quando Afonso II se enfrentou a suas irmãs Teresa, Sancha e Mafalda, pela posse dos senhorios que o pai lhes havia deixado em testamento. Eram partidários das infantas que combateram em nome delas, com a ajuda de Pedro Sanches, junto com o rei leonês, que havia sido casado com Teresa e com quem tinha duas filhas (*cf.* Marques *et alii* 2012: 176-178; Coelho / Homem 1996: 42).

A morte de Afonso II em 1223, contudo, não teve como consequência o retorno massivo dos exilados. Em 1226 já se encontra em Leão Rui Gomes de Briteiros, como vassalo de Pedro Sanches (*cf.* Ventura 1992: 621-622). Esses nobres já estavam bem estabelecidos em Leão pelo menos até 1230, quando a morte de Afonso IX levou ao conflito sucessório entre Fernando III —filho deste com Berengária de Castela— e as suas irmãs Sancha e Dulce —filhas de Teresa de Portugal—, que eram as herdeiras legítimas do reino segundo o testamento deixado pelo pai. O episódio deflagrou um enfrentamento dos partidários de ambos os lados nomeadamente em Leão, Astorga e Zamora —as mesmas cidades às quais faz referência o autor do *Tractatus* na única passagem em que deixa uma marca de sua identidade, daí a sua importância para a determinação de sua autoria—.

5. Pedro Afonso e a tradição do *Tractatus*

Em *Tractatus* V, 3, ao tratar do *exemplum* como quarta espécie da argumentação, Pedro Hispano ilustra-o da seguinte forma: “Legionenses pugnare contra Astoricenses est malum; ergo Astoricenses pugnare contra Zamorenses est malum; utrumque enim est affines contra affines pugnare”. Trata-se de uma adaptação do exemplo dado por Aristóteles a propósito da mesma questão, mas substituindo “atenienses, tebanos e focios” por “legionenses, astoricenses e za-

¹⁴ Nesta mesma página Ventura aponta ainda, um terceiro documento, no qual Afonso III escamba com o mosteiro de Chelas uma herdade em Alpriate, que ele diz ter por parte de sua sobrinha Constança Peres, que segundo a autora seria filha de Pedro Afonso, embora sem dar detalhes.

¹⁵ De modo muito sintético, a hipótese que se desenvolve a partir deste momento toma como ponto de partida uma série de relações entre Pedro Afonso e membros da nobreza e do clero, que obtivemos cruzando informações do estudo prosopográfico de Ventura (1992) e também nos testamentos dos clérigos portugueses de 1071 a 1325 editados por Morujão (2010). A partir destes testemunhos, é possível estabelecer com alguma margem de certeza que Pedro Afonso de facto seria o pai de Constança Peres (*vid.* nota anterior), cuja mãe seria Marina Peres, que em algum momento anterior a 1259 se tornou sóror no convento dominicano feminino de Chelas. Essa Marina Peres é prima de Mor Miguéis (que seria esposa de Estêvão Peres Curvo, que testemunha o supramencionado escambo de Afonso III com o mosteiro de Chelas) e de Domingos Miguéis (provavelmente o cavaleiro a serviço de D. Joana Dias, esposa de João Peres Aboim). Esta Marina Peres é filha de Pero Pais de Lameações e irmã de Sancha Peres (casada com João Gomes Barreto, que aparece ao lado de Pero Afonso no documento de 1249), de João Peres Pacheco (provavelmente casado com Estevainha Anes), parente de Vicente Anes, que vendeu ou escambou a herdade de Alpriate que pertenceu a Constança Peres —e que ela dividira com os netos de Afonso Anes, outrora cidadão de Lisboa—. Quanto aos membros do clero, pode ser relacionado com Domingos Miguéis, monge do mosteiro de Bouro, que foi notário da infanta D. Mafalda, cônego e arcebispo de Braga, ligado ao arcebispo Estêvão Soares da Silva que, por sua vez, tinha estreitas relações com Martim Sanches, filho bastardo de Sancho I, que se enfrentou com seu irmão e rei Afonso II, exilando-se em Leão, onde deteve várias tenências junto ao rei Afonso IX, nomeadamente na Galiza; Miguel Peres, tido como o primeiro português a estudar na Universidade de Salamanca; e Egas Fafes, bispo de Coimbra e arcebispo de Compostela em 1267, como detalharemos mais adiante. Certamente fazem parte desse grupo as próprias testemunhas do juramento de Paris ou seus filhos, como é o caso do já mencionado João Peres Aboim e de Mem Rodrigues de Briteiros (seu pai, Rui Gomes de Briteiros, parece ter falecido em 1248), que está presente também em 1249, testemunhando a doação das casas àquele.

¹⁶ Também o seu irmão bastardo Martim Sanches era uma referência para os nobres exilados e foi homem de confiança do rei Afonso IX (como observamos na nota anterior), mas faleceu em 1225.

morenses”. A partir de uma correção da tradução de “astoricenses” como designação os cidadãos de Astorga e não de Astúrias, como se pensava até então, D’Ors (2007: 167-170) estabelece um vínculo entre o autor da obra e este episódio histórico, mas não conseguiu identificá-lo.

Se se considera como hipótese o exílio de Pedro Afonso na coroa de Leão, este certamente seria um observador privilegiado deste conflito sucessório, que foi solucionado com a abdicação dos direitos à coroa leonesa por parte das infantas Sancha e Dulce, através de uma negociação conduzida pela mãe de ambas, Teresa de Portugal, num encontro com D. Berengária de Castela, a 11 de dezembro de 1230, em Benavente. Tanto fontes espanholas como portuguesas atribuem a solução ao protagonismo político de Teresa (Martin 2007: 35-36; Marques *et alii* 2012: 182) —esta também tia de Pedro Afonso e, futuramente, partidária de Afonso III—. No cotejo de prós e contras, Teresa haveria de ter chegado à conclusão de que o conflito envolvendo as três cidades era negativo para todos, ou pelo menos tenha sido a justificativa que quis transmitir —o que encontra sintonia com o texto do *exemplum*—.

Fernando III é, então, coroado rei de Leão, em troca de bens concedidos às infantas, contra a vontade de seu falecido pai, que já havia tentado lançar mão de outras alternativas para conter as ambições do filho. Segundo o cronista aragonês Jerónimo Zurita (séc. XVI), pouco antes de falecer, Afonso IX teria enviado o cavaleiro catalão Ramón de Plegamans ao encontro de Jaime I de Aragão para lhe oferecer Sancha em casamento e, com ela, o reino de Leão, “por estar en desgracia de la reina dona Berenguela su mujer y del rey de Castilla su hijo” (Zurita 1976: 462). Provavelmente na mesma altura em que Pedro Sanches —que já era conde de Urgel desde 1228— faz um juramento de lealdade ao rei aragonês, em 23 de abril de 1230 (Marques *et alii* 2012: 182), talvez como parte desta estratégia matrimonial de Afonso IX para manter a coroa de Leão em mãos das infantas.

Derrotado o “partido português”, Pedro Sanches ruma para o reino de Aragão e, certamente, muitos de seus nobres vassallos portugueses seguiram com ele e possivelmente, entre eles, se encontrasse o sobrinho Pedro Afonso. Esta possibilidade permite conectar este personagem ao sul da França já desde o princípio dos anos 1230, onde o reino de Aragão detinha vários protetorados. Um deles, o condado de Toulouse, corresponde com o local de fundação da Ordem dominicana e o território onde apresentou maior expansão inicial. Toulouse é, ainda, onde se situa um dos mais antigos comentários ao *Tractatus*: o de Guillelm Arnaldi, professor de artes nesta região entre 1235-1244. É notável, ainda, neste contexto, o facto de que o rei aragonês Jaime I nasceu e era senhor de Montpellier —onde está situado o outro comentário mais antigo ao *Tractatus*: o de Roberto Anglicus (Ms. Vaticano, *Reg. Lat.* 3049, séc XIII)—.

Por outro lado, a possível estadia de Pedro Afonso em Urgel poderia estabelecer algum vínculo deste personagem com convento dominicano de Estella, conectando-o com a mencionada “tradição estellesa”. A cidade era vizinha ao condado de Urgel e, embora pertencesse ao reino de Navarra, este convento fazia parte da província de Hispania. Caso seja ele autor do *Tractatus*, cabe pensar que se tenha decidido a passar aí os últimos anos de sua vida, movido por vínculos pessoais estabelecidos anteriormente.

Quer em relação com Pedro Sanches ou com o futuro rei Afonso III, existem muitas possíveis razões para justificar a presença de Pedro Afonso em França, e mesmo na Universidade de Paris nos anos 1230 —onde a ordem desenvolvia uma intensa atividade de recrutamento—. Sem dúvida, esta universidade era um destino provável para qualquer jovem nobre. No entanto, Pedro Afonso a essa altura já seria instruído, talvez no estudo geral de Salamanca, numa escola catedralícia ou, ainda, cisterciense¹⁷.

No entanto, a partir de 1238, começam a aparecer menções a personagens que poderiam ser relacionados ao percurso de Pedro Afonso no sul de França —que, como a grande maioria dos frades, deve ter circulado por diferentes conventos (*cf.* Douais 1894: lvi). Desde 1250, as Actas da Província dominicana de Provença dão notícias sobre um Pedro Hispano que viria a ser prior do recém-fundado convento de Castres, entre 1260 e 1262, falecendo em 1279 (Douais 1894: 35-36, 80, 160, 233 e 242). A menção de 1250 faz referência a um encontro de Pedro Hispano com o Mestre-Geral da Ordem na altura, João, o Teutônico, como enviado do então Prior Provincial Estefano Alvernus, que havia sofrido um grave acidente e, portanto, apresentava a sua renúncia ao provincialato. Estefano Alvernus era *lector* em Montpellier e foi eleito em meados de 1249 para um mandato de dois anos. Coincidentemente, Pedro Afonso desaparece da documentação portuguesa depois de março deste mesmo ano.

Por outro lado, a função de *lector* em Montpellier, desempenhada pelo Prior Estefano Alvernus, volta a sugerir um vínculo de Pedro Hispano com este convento, onde se teria originado a relação entre ambos os personagens. No caso de que se tratasse de Pedro Afonso, teria regressado a França para apoiar o provincialato, depois de se ausentar a partir de finais de 1245, quando provavelmente acompanhou Afonso III em seu retorno a Portugal, após o juramento¹⁸. Em qualquer caso, vale remeter ao comentário de Roberto Anglicus, situado em Montpellier e anterior a 1260:

¹⁷ Como se pode observar na nota 15, através de sua família adotiva é possível relacionar Pedro Afonso com diferentes religiosos, como o Mestre Domingos Miguéis e o Mestre Miguel Peres, que em 1243 é nomeado por Fernando III para a junta de Justiça Universitária da Universidade de Salamanca. Também é preciso sublinhar a relação privilegiada de seu tio Pedro Sanches com a Ordem de São Francisco, já que foi ele quem trouxe para a Europa as relíquias dos cinco mártires franciscanos de Marrocos, por volta de 1220. Uma possível ligação de Pedro Afonso a outra ordem religiosa, antes de se tornar frade dominicano, poderia explicar a ausência de referências a algum Pedro Afonso nos testemunhos mais antigos da Ordem dos Pregadores.

¹⁸ Neste sentido, coloco em destaque o testamento do religioso português Egas Fafes, que foi bispo de Coimbra e arcebispo de Compostela, conforme o mencionado na nota 15. Este morre em Montpellier (onde anteriormente se havia tornado mestre em medicina), em 1268 e, em seu testamento, deixa bens a um Domingos Miguéis, cavaleiro (Morujão 2010: 305), que identificamos com o colação de Pedro Afonso, com base no cruzamento

a particularidade da notícia que dá sobre o autor do *Tractatus* —a de que escreveu a obra a pedido da nobreza¹⁹— sugere que se conheceram pessoalmente. Além disso, este comentário reforça a hipótese de proximidade de Pedro Hispano com o ambiente cortesão, condizente com o perfil de Pedro Afonso.

Contudo, segundo Bernardo Gui e, em dependência dele, o editor das *Actas* (Douais 1894: 82 e 160), esse Pedro Hispano mencionado das *Actas* da Província de Provença teria nascido na cidade de Limoges. Cabe aqui lançar alguma dúvida sobre esta afirmação, à luz da primeira menção ao personagem, numa nota à *Acta* de 1250, na qual se diz que “P. Hyspanni, sic cognominatum, cum tamen esset Lemovicensis” (Douais 1894: 36). Este próprio autor, na introdução da edição que fez das *Actas*, esclarece que o topónimo que acompanha os nomes dos frades se refere ao convento onde tomou o hábito (Douais 1894: lvi-lvii). Parece ser este o sentido do texto da nota, ou seja, esclarecer que, embora seja “Hispano”, sua filiação religiosa se deu no convento de Limoges e não em algum convento de Hispania, como sugeria o seu nome. Portanto, a interpretação de Limoges como local de nascimento parece contrariar os costumes adotados pela Ordem. Apesar disso, o estado atual das investigações em torno à identidade de Pedro Hispano não permite excluir a possibilidade de que, efectivamente, fosse francês. Mas, nesse caso, haveria de se explicar qual seria a natureza do seu vínculo com as cidades de Leão, Astorga e Zamora mencionadas no *Tractatus* —que, essencialmente, é o que sustenta a premissa da origem hispânica (ibérica) de seu autor—.

Outro personagem, mencionado por Geraldo de Frachet e, depois, por Bernardo Gui (Ms 218, 101, Universidade de Barcelona), poderia ser relacionado ao percurso de Pedro Hispano no sul de França: *Magister Petrus* que era *rector scholarum burdegalis* em 1238. Segundo D’Ors (2001: 288), por ser *Magister Petrus* a forma como se lhe refere a *Acta* do Capítulo de Pisa de 1340, na qual a Ordem adota oficialmente o *Tractatus*, este personagem poderia ser identificado com o seu autor. O convento de Bordeaux foi fundado em 1230, precisamente na década em que é mais provável supor a estadia de Pedro Afonso em França. Por sua vez este *Magister Petrus* poderia ser o mesmo Pedro Hispano que tomou o hábito em Limoges, já que o topónimo *burdegalis* claramente se refere à função que desempenhava. Por outro lado, essa designação parece remeter ao já mencionado “Petri Burdegalensis, quem Hispanum dicunt” de Trutvetter.

Notável, ainda, é que tanto o testemunho de Trutvetter —que era professor na Alemanha— como o catálogo de escritores dominicanos da abadia de Stams, na Áustria —bem como as primeiras edições do *Tractatus*, atribuindo-o a *Petro alfonci Hispano*, na Holanda— aparecem na região correspondente à província dominicana de Teutônia, indicando a existência de uma ou mais fontes distintas às encontradas em outras regiões. Como não pensar no encontro de Pedro Hispano com o Mestre Geral João, o Teutónico, na ocasião da renúncia do Prior Provincial de Provença, em 1250, ou mesmo no frade Henrique Teutónico, que testemunhou o juramento de Afonso III em Paris junto com Pedro Afonso Hispano (Mendes 2021: 206-212)? Facto é que ambos conheceram pessoalmente aos respectivos personagens.

6. Conclusão

A análise filológica de D’Ors, fundamentando o vínculo do texto do *Tractatus* (V, 3) com o conflito sucessório à coroa leonesa ocorrido em 1230, em conjunto com a atribuição mais antiga de um nome específico ao seu autor —*Petrus Alfonsi Hispanus* (catálogo de Stams, ca. 1311)— sustentam a hipótese de identificação do autor com um personagem homónimo próximo à realeza portuguesa, remetendo ao frade dominicano que, em 1245, assiste ao juramento solene do futuro rei Afonso III de Portugal em Paris. Este documento, em relação com a biografia das outras testemunhas do juramento e dos partidários de Afonso III, sugere a sua identificação com Pedro Afonso, filho bastardo de Afonso II —e pai dos reis Sancho II e Afonso III—, referido brevemente em apenas dois documentos encontrados em Portugal.

Apesar da escassa informação ao seu respeito, é possível inserir seu percurso biográfico entre as alternativas reservadas aos bastardos régios, entre carreira religiosa e cargos de confiança, lealdade ou, por vezes, rivalidade com os familiares da realeza. O hábito dominicano e o testemunho no juramento do irmão Afonso se encaixam neste perfil, assim como o abandono da terra natal era um destino comum aos irmãos reais —como nos casos do próprio Afonso III e mesmo de Pedro Sanches—. Portanto, é cabível supor a estadia de Pedro Afonso em Leão a partir de 1223, onde já se encontrava um amplo grupo de nobres portugueses, ao redor de Pedro Sanches, até ao final de 1230, seguindo junto com este e seus vassallos para Urgel, no reino de Aragão —que tinha protetorados no Sul da França—. E este percurso é condizente com a tradição do *Tractatus*.

Assim, a figura de Pedro Afonso oferece uma direção consistente para a procura de novos documentos, bem como a possibilidade de que, antes de vestir o hábito dominicano, tenha pertencido a outra ordem religiosa, podendo ser essa a explicação para o facto de não existirem notícias sobre Pedro Hispano nos testemunhos mais antigos da Ordem dos Pregadores. Por outro lado, a existência nos testemunhos dominicanos, de personagens alusivos ao autor

de dados com testemunhos da nobreza e do clero, como já observamos (nota 15). Para além disso, ao final do testamento, Egas Fafes diz estarem presentes religiosos do Prior da Província Dominicana de Hispânia e também do Prior do Convento Dominicano de Montpellier: Pedro e Simão Hispanos da Ordem dos Pregadores (Morujão 2010: 315). É provável que se trate do mesmo Pedro Hispano das *Actas* de 1250, uma vez que Simão Hispano, à primeira vista, parece poder ser identificado com o irmão de Gil de Santarém, que foi Prior Provincial de Hispânia alguns anos antes, e cuja data de falecimento, em 1265, ainda é motivo de controvérsias. Tal hipótese, contudo, carece de aprofundamento.

¹⁹ “quorundam nobilium precibus condescendens ad maiorem intelligentiam loyce edidit hunc tractatum”.

do manual —*Magister Petri rector scholarum burdegalis e Petrus Hispanus Lemovicensis*— apontam para possíveis rastros do percurso de Pedro Hispano em França. O contexto envolvendo estes personagens sugerem um vínculo com as singulares atribuições dos testemunhos encontrados nos territórios abrangidos pela província dominicana de Teutônia: *Petrus Burdegalis, quem Hispano dicunt* de Trutvetter e o mencionado *Petrus Alfonsi Hispano*, podendo se tratar do mesma personagem.

Cabe reiterar a importância do conjunto do trabalho filológico de D'Ors, quer na defesa da tese dominicana, quer pelo sistemático inventário de testemunhos sobre diferentes Pedros Hispanos existentes na primeira metade do século XIII. Nomeadamente, por encorajar novas investigações em busca de hipóteses por ele inadvertidas, com base nos mesmos documentos. Finalmente, há que se destacar o legado da *Divina Comédia* que, para além da monumental dimensão artística, é uma crónica dos acontecimentos de seu tempo de indiscutível valor histórico, por si mesma suficiente para colocar em causa a identificação de Pedro Hispano com o papa João XXI.

Bibliografia

- ALIGHIERI, Dante (1321): *Commedia*. <http://dantelab.dartmouth.edu/reader>
- BRANDÃO, Frei António (1632): *Quarta Parte da Monarquia Lusitana*. Lisboa: Mosteiro de São Bernardo. https://books.google.es/books?redir_esc=y&hl=pt-BR&id=OERv8msLJwC&q=juramento#v=onepage&q&f=false
- COELHO, Maria H. / Armando L. C. Homem (1996): *Portugal em Definição de Fronteiras: Do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Coleção Nova História de Portugal, III, Joel Serrão / António H. R. O. Marques (dirs.). Lisboa: Editorial Presença.
- DARTMOUTH Dante Project. https://dante.dartmouth.edu/search_view.php?query=&cmd=Search&language=any&cantica=3&canto=12&line=135 [Consulta 12-09-2021].
- DENIFLE, Heinrich (1886): “Quellen zur Gelehrten Geschichte des Predigerordens im 13. und 14. Jahrhundert”. *Archiv für Literatur und Kirchengeschichte des Mittelalters* II, 165-248.
- DE RIJK, Lambertus (1986): *Tractatus: llamados después Summule Logicales*, Mauricio Beuchot (trad). México: Universidad Autónoma Nacional de México.
- D'ORS, Ángel (2001): “Petrus Hispanus O. P. Auctor Summularum (I)”. *Dicenda: Cuadernos de Filología Romanica* 19, 243-291.
- D'ORS, Ángel (2007): “Petrus Hispanus O.P. Auctor Summularum (II). Nuevos documentos y problemas”. *Dicenda: Cuadernos de Filología Hispánica* 25, 139-180.
- D'ORS, Ángel (2015): “Petrus Hispanus Auctor Summularum (III). Petrus Alfonsi o Petrus Ferrandi?”. *Dicenda: Cuadernos de Filología Hispánica* 33, 35-89.
- DOUAIS, Célestin (1894): *Acta Capitulum Provincialium Ordinis Fratrum Praedicatorum – Première Province de Provence, Province Romaine, Province D'Espagne (1239-1302)*. Toulouse: Imprimerie et Librairie Édouard Privat.
- HOLLANDER, Robert (2000-2007): *Dartmouth Dante Project*. https://dante.dartmouth.edu/search_view.php?doc=200053121341&cmd=gotoresult&arg1=7 [Consulta 12-09-2021].
- LAURENT, Marie-Hyacinthe (1936): “Maître Pierre d'Espagne fut-il Dominicain?”. *Divus Thomas* 39, 35-45.
- MARQUES, Maria A. et alii (2012): *As primeiras rainhas: Mafalda de Mouriana; Dulce de Barcelona e Aragão; Urraca de Castela; Mecia Lopes de Haro; Beatriz Afonso*. Rainhas de Portugal, II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MEIRINHOS, José (1996): “Petrus Hispanus Portugalensis? Elementos para uma diferenciação de autores”. *Revista Española de Filosofía Medieval* 3, 51-76.
- MEIRINHOS, José (2009-2011): “Avatares da antiga atribuição de obras a Pedro Hispano / João XXI – II – Os séculos XIII – XIV”. *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição* XII(23), 455-510.
- MARTIN, George (2007): “Negociación y diplomacia en la vida de Berenguela de Castilla (1214-1246). Cuestionamiento genérico”. *e-Spania* 4. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21609>
- MENDES, Fernanda (2019): “A *Divina Comédia* e *Petrus Hispanus O.P.*: outro português notável na Idade Média?”. *Guarecer: Revista Eletrónica de Estudos Medievais* 4, 31-48. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/8585/8040>
- MENDES, Fernanda (2021): “*Divina Comédia* e *Petrus Alfonsi Hispanus O.P.*: outro português notável na Idade Média?”, in *Dante e Portugal: presenças lusas e andaluzas na Divina Comédia*, 175-212 Porto: ASCIPDA-Associazione Socio-culturale Italiana del Portogallo Dante Alighieri, pp. 175-212.
- MORUJÃO, Maria do R. (2010): *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1075-1325)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7221/4/HRFS_6_Testamenta.pdf
- QUÉTIF, Jacques (O.P.) / Jacques Echarde (1719): *Scriptores Ordinis Praedicatorum Recensiti*, Tomus Primus, p. 485. Paris: Lutetiae Parisorum.
- SOUSA, António C. (1739): *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real. https://books.google.es/books?id=knUmS77pMIC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- TRUTVETTER, Ioducus (séc. XV-XVI): *Explanatio i[n] no[n]nulla Petri Burdegalensis, quem Hispanum dicunt [...]*. <https://books.google.es/books?id=Nz2gBhwEuc4C>
- VENTURA, Leontina (1992): *A nobreza de corte de Afonso III*, vols. I e II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/12221>
- ZURITA, Jerónimo (1976): *Anales de la Corona de Aragón*. Angel Canellas López (ed.). Zaragoza: Institución Fernando el Católico.